

EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR: recursos
necessários para uma alimentação saudável****SCHOOL MEALS AND FAMILY FARMING: resources needed for healthy eating****Marlucia Lima de Sousa Meneses¹****RESUMO**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE é responsável por fornecer aos estudantes de escolas públicas, em todo o território brasileiro, refeições diárias, com um valor nutricional que garanta um bom desenvolvimento. Para tanto, deve oferecer um cardápio variado inserindo alimentos saudáveis. Nesse sentido, o programa objetiva incentivar o desenvolvimento local através da comercialização com pequenos comerciantes e agricultores familiares. Desta forma, pretendemos analisar o financiamento da alimentação escolar, nos quatro municípios mais populosos do Maranhão. A metodologia constou de pesquisa documental, realizada no site do FNDE e também de pesquisa bibliográfica em artigos e dissertações disponibilizados na internet. Os achados deste estudo indicam que ainda há necessidade de ampliação dos recursos.

Palavras-chave: alimentação escolar; PNAE; alimentação saudável; recursos.

ABSTRACT

The National School Feeding Program - PNAE, is a program responsible for providing students in public schools throughout Brazil with daily meals, with a nutritional value that guarantees development, to this end it must offer a varied menu including healthy foods, it also has the The objective is to encourage local development through marketing with small traders and family farmers. In this way, we intend to analyze how the resources allocated to the acquisition of products in this category have been applied. The methodology was carried out with documentary research, carried out on the FNDE website and also bibliographical articles and dissertations available on the internet. The findings of this study indicate that there is still a need to effectively apply the percentage of 30% of resources in PA.

¹ Universidade Católica de Brasília. Mestre em Educação-UFPI.E-mail:marlucia.meneses@a.ucb.br

Keywords: school meals; PNAE; healthy eating; resources.

1 INTRODUÇÃO

A alimentação escolar, popularmente conhecida como merenda escolar, é oferecida em escolas públicas em todo o território brasileiro, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE de forma que garanta às crianças brasileiras o direito humano à alimentação, às refeições diárias, com valor nutricional. Deve proporcionar desenvolvimento físico e mental aos estudantes e, para tanto, deve oferecer um cardápio variado inserindo alimentos saudáveis, produtos que fazem parte da cultura local, gêneros cultivados em pequenos campos agrícolas por membros das famílias, os chamados produtos da Agricultura Familiar (AF). Desta forma, o programa realiza um importante papel social, que é o incentivo ao desenvolvimento local através da parceria com pequenos comerciantes e agricultores familiares.

Sabendo-se que os recursos destinados à agricultura familiar correspondem a 30% dos valores repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), surgem vários questionamentos, tais como: os recursos têm sido investidos corretamente? Como vêm sendo utilizados esses recursos, sabendo-se que a realidade do agricultor mudou? Entre os anos de 2019 a 2023, houve mudanças em relação à agricultura familiar?

A escolha desse recorte temporal se deu por incluir o período pandêmico. Diante da relevância das ações do Programa, têm sido desenvolvidos estudos que avaliam a política no contexto da Agricultura Familiar. Ressaltamos que há dificuldades para acesso aos dados que mostram os recursos aplicados na alimentação agricultura familiar.

O presente artigo situa-se no campo das abordagens qualitativas de investigação científica. Considerando que consiste na escolha correta do método e teorias oportunas, optamos por realizar também uma pesquisa documental, feita no site do FNDE, na legislação e nos relatórios consolidados dos recursos aplicados, em consulta de artigos científicos disponibilizados.

Objetivamos, neste texto, analisar o financiamento da alimentação escolar, nos quatro municípios mais populosos do Maranhão, nos anos de 2019 a 2022, considerando o momento de retorno às aulas presenciais quando o controle da Pandemia vinha se consolidando e as atividades retomando a normalidade.

2 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA ESCOLA

O Programa de Alimentação Escolar (PNAE) tem como objetivo atender os estudantes da rede pública com refeições diariamente, o que demanda um cardápio variado visando a uma alimentação saudável. Machado *et al.* (2017) consideram de grande importância a integração entre a agricultura familiar e a alimentação escolar, conseqüentemente serão incentivadores de cardápios saudáveis na escola.

Pereira da Silva (2021), em estudo realizado sobre o PNAE no Pará, conclui que a inserção da AF na alimentação escolar é fundamental para a promoção da alimentação adequada e saudável assegurando a garantia da segurança alimentar e nutricional no ambiente escolar.

Além disso, busca-se com a medida garantir o desenvolvimento do comércio local, realizando negócios junto aos pequenos agricultores e donos de supermercados.

Esses cardápios são elaborados por nutricionistas, que são responsáveis por fazer combinações que atendam aos critérios estabelecidos pela legislação, que visam atender os valores nutricionais. Em artigo publicado na Revista Arco, é destacado como fator positivo o entrelaçamento entre a sustentabilidade e a terra. Encontram-se exemplos disso na agricultura familiar: atitudes que se alinhem com a preservação do meio ambiente; ausência ou diminuição do uso de agrotóxicos; preservação de florestas e nascentes; diminuição do plástico no empacotamento; e menor distância do transporte dos alimentos. Outro aspecto destacado pelo autor é sustentabilidade financeira que consiste na compra dos produtos, medida muito em voga no momento (Webertom,2021).

O recurso advindo do FNDE teve reajuste em 2023 depois seis de ano, sendo uma variação de 28% a 35%, conforme Resolução CD\FNDE nº 2, de 10 de março de 2023, que altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Segue abaixo o recurso por etapa e modalidade.

Tabela 1 - Valores per capita repassados pelo FNDE às Entidades Executoras

Etapa-Modalidade	Valor	Valor atual	
Creche	1,07	1,37	28% IPCA
Pré-Escola	0,53	0,72	28% IPCA

Educação de Jovens e Adultos (EJA)	0,32	0,41	28% IPCA
Ensino Fundamental e Ensino Médio	0,36	0,50	39% MEC
Ed. básica Indígena Quilombola	0,64	0,86	35% IPCA
Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI)	2,00	2,56	28% IPCA
Período Integral	1,07	1,37	28% IPCA
Atendimento Educacional Especializado (AEE)	0,53	0,68	

Fonte: FNDE (2023).

O reajuste dos valores repassados pelo FNDE não ocorre anualmente, causando certo transtorno para os gestores fazerem a aquisição de alguns gêneros. Para Oliveira e Carvalho (2021), esta situação contribui para depreciação dos cardápios, principalmente nas regiões Norte e Nordeste que sobrevivem basicamente dos repasses constitucionais, sabendo-se que os valores são repassados em 10 parcelas anuais.

Para Oliveira e Carvalho (2021), a redução das matrículas não reverte em valorização da per capita da alimentação escolar. Ressaltam ainda que, apesar da importância do Programa, realizar o atendimento com 70% dos valores necessários é um desafio. É importante destacar que essa complementação deve ser assegurada pelos Estados e municípios.

3 AVANÇOS NA POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea apresenta estudo de Monteferre (2023), concluindo que a inserção da agricultura familiar no “Programa Nacional de Alimentação escolar: impactos na renda e na atividade produtiva” é uma fonte de renda para agricultores que podem ter garantida a venda de seus produtos, desenvolvendo o comércio local e garantindo aos educandos o acesso a frutas, verduras e legumes de qualidade (Ipea, 2023).

Outros mecanismos estão sendo ampliados para amenizar as desigualdades sociais, como o incentivo à mulher agricultora. Apesar das mudanças na gestão do programa, temos ainda o que avançar. Alguns estudos mostram que a aplicação do recurso não atinge os objetivos definidos.

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, reconhece esse tipo de agricultura como sendo produtores que realizam atividades junto a seus familiares e adquirem a renda vinda do trabalho de sua propriedade e mão de obra (Brasil, 2006). Os recursos utilizados atingem o percentual, a obrigatoriedade da oferta semanal de frutas

contribui para isso.

De acordo com Barreto (2024), ao abordar a agricultura familiar, nas regiões Norte e Nordeste, afirma que, na realidade, não há uma efetivação da política propriamente dita, o que tem gerado grandes dificuldades de acesso do agricultor, denotando a necessidade da implantação de medidas de desburocratização. Em *live* apresentada por no curso de formação de conselheiros promovido pelo CECANE-UFBA, destaca-se que problemas no acesso e dificuldade de organização em grupos ou criação de cooperativas têm afastado os pequenos comerciantes, ou seja, têm mudado a realidade do programa.

Nesta perspectiva, analisaremos a aplicação dos recursos destinados à aquisição de gêneros para a alimentação escolar, nos quatro municípios mais populosos do Estado do Maranhão, conforme dados da PNAD (IBGE, 2022) quais sejam: 1º São Luís (1.037.775 hab.), 2º Imperatriz (273.110 hab.), 3º São José de Ribamar (244.579 hab.) e 4º Timon (174.465 hab.), no período de 2019 a 2022.

QUADRO 1 – RECEITAS REALIZADAS

Municípios	2019	2020	2021	2022
São Luís	12.549.826,00	11.818.052,39	12.447.982,60	11.184.474,00
Imperatriz	4.537.481,20	4.849.724,00	4.170.864,00	3.168.785,92
São José de Ribamar	3.472.182,80	4.849.724,00	3.877.574,53	3.168.785,92
Timon	3.670,856,71	3.397.625,00	3.048.412,40	2.745.674,00

Fonte: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE, 2019, 2020, 2021 e 2022).

O Quadro 1 apresenta as transferências diretas oriundas do FNDE para entidades executoras, direcionadas para aplicação dos recursos na aquisição de gêneros alimentícios para as refeições da alimentação escolar. Percebemos que, no ano de 2019, ano que antecede a Pandemia da Covid-19, os valores se aproximam das quantias recebidas nos anos seguintes.

A capital, São Luís, tem uma variação nos valores sendo o menor valor em 2022, o que vem acontecendo nos demais municípios. Em 2020, em plena pandemia, os recursos foram repassados, o que contribuiu para distribuição de alimentos para as famílias que tinham filhos matriculados, embora estudos apontem que eram insuficientes. Em alguns municípios, foram distribuídas cestas básicas. Devido à quantidade de gêneros distribuídos, geralmente os itens da agricultura tinham que ser fracionados, o que se transformou em uma pequena quantidade para cada família beneficiada. Outros locais preferiram distribuir cestas básicas.

CONCLUSÃO

Este artigo apresenta os dados de uma pesquisa realizada em quatro municípios maranhenses. Destaca-se que eles foram pesquisados por meio de coleta de dados no site do FNDE, com o rigor metodológico inerente a investigações deste porte. Assim, ressalta-se que os resumos dos relatórios apresentavam o resultado do 6º bimestre do ano de 2019 a 2023. Verificou-se que os municípios que receberam os recursos tiveram a oportunidade de manter, durante o período pandêmico, o atendimento que, ao longo do tempo, vem sofrendo uma diminuição.

É importante ressaltar que os achados deste estudo atentam para a importância do acompanhamento, para garantia do Direito Humano à alimentação. A execução no que tange à AF, algumas mudanças vêm acontecendo, como o incentivo da participação feminina, a obrigatoriedade da oferta de frutas e saladas e a proibição de alimentos ultraprocessados. Destacamos a necessidade da descentralização de mais recursos para o programa, o que poderá contribuir para uma alimentação saudável, bem como o incentivo ao desenvolvimento local através da comercialização de gêneros alimentícios com pequenos comerciantes e agricultores familiares.

Acrescenta-se, ainda, a necessidade de investigações que incorporem os elementos de produção de alimentos em volume por região e estado, a fim de estabelecer a relação entre oferta e demanda dos mercados institucionais, como a alimentação escolar, identificando as demandas locais os agricultores, com intuito de efetivar a promoção de hábitos alimentares saudáveis.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Maria. CECANE-Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1mFjj0AvXqg>. Acesso em: 02 de abr de 2024.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar**. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/alimentacao_escolar/pnae_manual_aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar_2_ed.pdf. Acesso em: 02 abr, 2024.

FNDE-FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Resolução nº 15 de 02 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/alimentacao_escolar/resolucao042015_ceae.pdf. Acesso em: 02 abr. 2024.

FNDE-FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Resolução nº 2, de 10 de março de 2023. Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/ptbr/acessoinformacao/legislacao/resolucoes/2023/resolucao-no-02-de-10-de-marco-de-2023.pdf/view>. Acesso em: 02 abr. 2024

MACHADO, P.M.O.; GABRIEL, C.G.; VASCONCELOS, F.; CORSO, A.C.T.; GONZÁLEZ-CHICA, D.A.; SCHMITZ, Bethsáida. Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Cien Saude Colet** [periódico na internet] (fev. 2017). [Citado em 31/03/2024]. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/compra-de-alimentos-da-agricultura-familiar-pelo-programa-nacional-de-alimentacao-escolar-pnae-estudo-transversal-com-o-universo-de-municipios-brasileiros/16084?id=16084>. Acesso em: 25 abr. 2024

MONTEFERRE, Hélio. Estudo aponta impactos positivos da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Ipea. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13863-estudo-aponta-impactos-positivos-da-agricultura-familiar-no-programa-nacional-de-alimentacao-escolar>. Acesso em: 2 abr. 2024.

OLIVEIRA, F. A. A.; CARVALHO, F. A. F. O financiamento da alimentação escolar em tempo integral: o real em pratos limpos. **Educação**, [S. l.], v. 46, n. 1, p. e37/ 1–25, 2021. DOI: 10.5902/1984644448198. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/48198>. Acesso em: 23 abr. 2024.

PEREIRA DA SILVA, Isamerilim Rosalem *et al.* Alimentação escolar e agricultura familiar: limitações e potencialidades de sua operacionalização no nordeste paraense. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 75-91, jun. 2021. ISSN 2675-7710. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9193/7375>. Acesso em: 30 mar. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em :<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 02 abr de 2024

WOBETO SAMARA. Agricultura familiar no prato da merenda escolar. **Revista Arco**. Publicado em 01/04/2022, 9h07. Atualizado em: 14/02/2023, 8h15. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/agricultura-familiar-prato-merenda-escolar> Acesso em: 20 abr. 2024.